

## Ética e Política, Uma Tragédia do Mundo Ético

José Henrique Santos

### DEBATES

O Sr. Coordenador (Leonardo Noronha) — Antes de passar aos debates, gostaria de agradecer ao Professor José Henrique Santos por haver compartilhado conosco sua imensa erudição e simplicidade. Temos tido o privilégio de ouvir aqui pessoas com grande conhecimento, mas sabedoria não é todo dia que temos. Sabedoria é o conhecimento entranhado e é a capacidade de trazer para a interpretação dos fatos de hoje as leituras do passado; é fazer o convite da leitura da tragédia pelo viés da liberdade; é destilar a capacidade de nos indignarmos, de nos vemos perplexos, mas sabendo trabalhar por um mundo diferente, em que volte a ser possível a utopia.

Gostaria, também, de perguntar o que acham da possibilidade de um trabalho político capaz de criar a consciência de um Estado forte, ainda que mínimo. Um Estado pequeno. O mau gosto usa muito esta expressão horrível: "cortar gorduras". Enfim, não vou dizer um Estado magro, mas forte.

Pergunta — Professor, pincei alguns trechos da sua preleção e cheguei à conclusão incômoda de que, no começo, o senhor nos passa a idéia de que as pessoas que não têm acesso ao julgamento, à justiça universal, ficam submissas a essa justiça singular, arbitraria. Mas, depois, quando fala da dissociação entre ética e política no Estado moderno, o senhor cita os pactos presumidos. Pelo que entendi, as pessoas são presas muito fáceis da justiça singular, quando o uso da força pode ser tão parcial e inconstante quanto a própria justiça singular. Então, temos um Estado moderno baseado em pactos presumidos, que estaria necessária e intrinsecamente aberto a uma justiça singular e excludente no que diz respeito a uma maioria marginalizada, principalmente no Brasil. E, nesse caso, vale a pena investir na figura do Estado moderno, ainda que mínimo, ou podemos partir para a formação de uma sociedade civil, com base em outras palestras que tivemos sobre desobediência civil? Qual caminho o senhor acha mais razoável?

O Sr. José Henrique Santos — Podemos considerar o Estado clássico, talvez, como um Estado que é dado. É constituído de uma forma imemorial, identifica-se geralmente com uma nação e com o grupo que evoluiu lentamente da vida rural para a vida urbana. Em um Estado moderno, temos que reconstruir o Estado. Ele não é dado, daí as tentativas da teoria do pacto de encontrar um fundamento para essa reconstrução do Estado. Todavia, no Estado clássico, pelo menos, sua legitimidade baseia-se no fato de ser, em primeiro lugar, o Estado da razão, e, em segundo, o Estado da liberdade. Isso está claro no mundo grego, onde alguns eram escravos e alguns eram livres. Não obstante, foram capazes de criar uma simbologia, uma filosofia, toda uma série de conceitos teóricos a respeito do modo de se organizar um Estado. Somos herdeiros disso, não nos esqueçamos. Apesar de haver, por exemplo, justiça, continua a haver injustiça. Apesar de termos o ideal da justiça, continuamos a praticar crueldades inomináveis contra outros homens, contra etnias inteiras, e assim por diante. Há uma distância entre mundo teórico — mundo conceitual — e mundo real. E essa distância é atravessada fundamentalmente mediante a formação, a educação, que não é a educação formal, aprendida na escola. É aquela que vem dos exemplos, e também, por que não, da religião, que é um fortíssimo educador social. E também vem das práticas das organizações que um grupo resolve considerar importantes. Todos os grupos sociais julgam importantes certas práticas. Não importam quais sejam, pois são necessárias à sobrevivência do grupo e àquilo que os clássicos chamavam de a boa vida, quer dizer, a vida boa de ser vivida. O trajeto dessas idéias até a realidade é muito lento. Temos, por exemplo, toda uma série de idéias a respeito dos direitos humanos. E, por isso, os direitos humanos são mais respeitados? Continuam sendo desrespeitados em toda parte, mas, pelo menos, aqueles que os desrespeitam têm que se esconder. Quando descobertos e denunciados, são punidos. Então, o caminho é muito longo. Geralmente, na nossa impaciência, apelamos para a idéia de revolução e nos esquecemos freqüentemente de que é inútil fazer uma revolução sem ter feito antes uma reforma. No caso da Revolução Francesa, os jacobinos queriam obrigar todos a serem livres, sem os meios, o aparato do Estado, para isso. E a liberdade absoluta termina no terror. No oposto do que se desejava. Então, não podemos querer os fins sem os meios. E esses meios passam por difícil formação. Agora, isso é uma educação que vem do exemplo, da opinião pública, dos meios de comunicação. Há uma série de fatores que levam as pessoas a tomarem consciência de que uma revolução tem que se acompanhar de uma reforma da mentalidade, dos preconceitos. Então, a Revolução Francesa não podia terminar a não ser no terror, porque não havia meios de o Estado fazer funcionar aquelas liberdades tão generosamente apregoadas. Quando obrigo alguém a ser livre, já estou praticando o oposto do que pretendo. A Rússia moderna, por exemplo, que tenta recolher impostos, não tem nem mesmo os instrumentos, as repartições e os guichês recolhedores de impostos. Então, precisamos ter os meios para conseguir chegar a isso. Mas os meios são muito lentos. Penso que o Estado moderno tem que ser construído pela educação política do povo. Agora, aqui concorrem todos os fatores para que possamos tomar consciência de um grupo: as organizações da sociedade civil, as organizações religiosas, profissionais, etc. Durkheim, por exemplo, na Divisão do Trabalho Social, tem grandes esperanças nas associações profissionais para se criar uma ética comum a um povo, porque há uma ética em cada profissão. Há um éthos, um comportamento obrigatório para cada profissão, sem o qual não se obtém sucesso. Então, o próprio progresso das profissões, das técnicas, deveria deixar claro que esse progresso exige um éthos, um comportamento ou uma ética da sociedade industrial, da sociedade comercial e assim por diante. E a religião também não está longe disso. A religião, no fundo, não é senão a expressão desse desejo de a sociedade encontrar o seu ponto comum e dizer: nós. Um eu que é um nós. Mas em que circunstância posso dizer que nós decidimos, que nós vamos fazer isso? Em que ponto falo em nome de todos os outros eus? Um líder político? Por que nós todos, cidadãos, devemos obedecer? Isso tem que ser construído, já que não é mais dado pela tradição. A explosão da bomba atômica, no Japão, por exemplo, destrói a religião do Mikado do dia para a noite. Ninguém acredita mais que o Imperador é Deus. A tecnologia tende a criar um mundo em que as crenças se tornam individuais, nos paraísos artificiais de cada um. Então, não mais vemos o nosso semblante no outro. Essa é a questão crucial da sociedade moderna, sendo o ponto de partida de toda teoria moderna. Trata-se da capacidade de ver a mim mesmo nos outros. Quais são os outros? Todos os outros. Não importa a cor, o credo, as preferências sexuais e outras características. Então, do ponto de vista ético, trata-se da ética da tolerância. Consideraremos que o valor mais alto é a nossa convivência em um grupo e, para isso, teremos de ser tolerantes, comearmos a instituir o mesmo caso em que há uma aprendizagem mútua entre esposo e esposa, cada qual cedendo algo para poder encontrar um ponto comum. Esse ponto comum é a nossa dificuldade. Isso tem de ser construído, porque não é dado. Então, a resposta seria vaga através da educação. Mas esta envolve muitos elementos, não se trata apenas da educação formal.

Pergunta: Há uns três ou quatro anos, houve uma palestra aqui, na Casa, na qual o Professor Roberto Romano abordou justamente a questão da ética. Na época, criticou uma palavra de ordem, em voga naquele momento, envolvendo a questão da ética em política. Ele lembrava que, em sua própria origem, éthos, a palavra "ética" não representava algo necessariamente bom, podendo ser bom ou ruim.

O Sr. José Henrique Santos — A palavra "ética", em sua origem, éthos, possui dupla significação. De um lado, quer dizer "hábito", "costume". De outro, significa o local onde as pessoas se encontram. Por exemplo, há uma ética ou um éthos muito antigo entre os animais, o curral. O covil das feras é o éthos, ou seja, é o lugar delas. Qual é o éthos do homem? Ai está a questão. E a resposta é a liberdade.

Pergunta — Lembrando ainda essa palestra do Prof. Romano, em que ele dizia que o Brasil tem uma das piores éticas do mundo, e que aqui se encontra o que não se encontra em nenhum lugar, por exemplo, a ética da pistolagem, a ética da capangagem, a ética das prisões, gostaria de saber qual a sua análise da questão exposta pelo Prof. Romano. A segunda relaciona-se ao tema da palestra de hoje, ética e política, e penso que estamos no epicentro de um processo político, que é um processo eleitoral. Estava lendo, hoje, nos jornais, uma entrevista com um "marqueteiro" que fez a campanha de Rossi, em São Paulo. Ele se indignava com o apoio de Rossi a Maluf, uma vez que ajudara a fazer a frase: "Chega dos `mesmos', chega do `rouba, mas faz'". O senhor falou da questão da educação ética de um povo. Até que ponto, na sua análise, a política, como vem sendo praticada no Brasil, está degradando os costumes, ou seja, a ética brasileira?

O Sr. José Henrique Santos — Talvez possamos começar com a distinção entre ética e direito. A distinção que faria é a seguinte: a ética é uma lei auto-imposta. Alguém impõe um comportamento a si mesmo. O direito é a lei imposta de modo coercitivo. Se o indivíduo a transgredir, nós a impoemos através da força. Não vejo muito sentido, na análise do jogo político, fazer essa distinção entre ética e direito. No jogo político, temos certas regras, que temos de aperfeiçoar. Não adianta fazer juízos políticos sobre o fato de ele fazer tal aliança hoje, já que a rejeitara antes, ou a rejeitará depois. O jogo permite isso. Essa é uma questão moral, que diz respeito ao indivíduo isoladamente. Quando uso a palavra "ética", aponto muito mais para uma ética social, como toda a moral, no fundo, acaba sendo ética, ou seja, toda a moral individual não pode ficar isolada, pois acaba no sistema de relações das pessoas, acaba sendo uma ética social. Então, dizer que a lei permite não quer dizer que, no jogo político, seja ético. Não adianta ficarmos condenando, dizendo que fulano violou a ética. Qual ética? A minha, subjetiva? Existem tais e tais regras. Se ele as seguiu, não há como ficar acusando-o de antiético. Parece-me que o problema seria a luta pelo aprimoramento não apenas dos costumes políticos, mas das regras do jogo político. Os costumes sempre buscarão o quê?

O nosso tempo é pós-maquaviélico, e isso é uma aquisição definitiva. Os nossos costumes políticos vão ter como meta, primeiramente, conquistar o poder, e, em segundo lugar, mantê-lo. Vale tudo? Não como Maquiavel queria,

até o assassinato, mas vale tudo o que a regra do jogo

permitir. Podemos ter um sistema eleitoral muito melhor. Parece-me que não se trata de uma opinião filosófica.

O voto distrital permite, por exemplo, o controle dos políticos por parte dos eleitores. A política é muito séria para

ser entregue aos políticos. É preciso que tomemos isso em mãos. O voto distrital facilitaria muito esse controle. O político prestaria contas aos seus eleitores, que não são abstratos, não são convocados apenas na época da eleição.

Os eleitores teriam algum controle sobre os seus representantes. Deveríamos lutar para melhorar o controle político nessa parte.

A fidelidade partidária seria outro aspecto importante a se considerar. Outra regra é não permitir a existência de mil partidos pequenos, porque meia dúzia de pessoas se juntam e fundam um partido. Deve-se exigir um número mínimo, talvez. Enfim, há uma série de procedimentos a serem tomados, que permitiriam o aprimoramento desses costumes. Não sou especialista neste tema, que deveria ser tratado com meus colegas da Ciência Política. A questão das subvenções é obscura entre nós, pois se trata de um problema que não conseguimos resolver. As campanhas são muito onerosas. Penso que temos maus costumes não só em política. Apenas discordaria do colega Romano no seguinte aspecto: os nossos maus costumes dizem respeito a outros assuntos, e não apenas ao jogo político. De fato, éthos é o costume, e, mas, quando penso no éthos como hábito, que é a definição de Aristóteles, não permitindo "golpes baixos". Como no boxe, temos golpes apenas acima da cintura, não podemos dar cabeçada e cotovelada. Enfim, há uma série de restrições, e os jogos esportivos dão um bom exemplo. Só há jogador, o jogo seria liquidado. Talvez fosse justo cada um brincar com a sua bola, mas o interesse está na tensão em torno das regras que definem o jogo. Parece-me que não estamos muito longe de chegar à possibilidade de alterar o nosso sistema eleitoral. De uns cinco anos para cá, progrediu muito essa idéia de mudança do sistema representativo. Seria uma idéia a ser discutida, não apenas pelos políticos. Pode-se fazer uma paráfrase com a questão da guerra. Ela é muito séria para ser discutida em termos gerais. A política é muito séria para ser entregue aos políticos. Ela deveria ser entregue a todos nós. Não que exerceremos mandatos, mas teremos meios de fiscalizar os nossos políticos e cobrar comportamentos dentro de regras mais claramente definidas, que não sejam casuísticas e não favoreçam uma reeleição, para que quem esteja no poder não use a máquina do Estado para aparecer como o grande sociólogo do País.

Pergunta: Penso que seja possível analisar o Estado como um círculo social. Em um dado momento da história da humanidade, de acordo com as circunstâncias concorreram para que algo acontecesse. O senhor, a respeito, gostaria de perguntar-lhe se o senhor acha possível pensar o Estado de forma contingencial, ou seja, se é possível começarmos a pensar em parâmetros diferentes, como conceber coletividade, ética, sociedade sem, necessariamente, pensar em Estado. É possível conceber paradigmas diferentes, no plano internacional e mundial, para essa análise e para termos o mesmo que tínhamos? É possível uma nova realidade para isso?

O Sr. José Henrique Santos — Não sei. Essa é uma pergunta muito difícil. Não temos a capacidade de dizer o que será, ou o que pode e deve ser. Podemos dizer o que foi e o que é, não mais do que isso. Parece-me que se trata de um Estado universal. Nos Estados Unidos, há uma grande organização para o Governo Universal, que se trata de vincular a certa crença na bondade dos homens, mas elas não são naturalmente bons, tornam-se bons se se submetem à lei. Nessas circunstâncias da economia mundial, precisaremos do Estado por muito tempo. E precisaremos de um Estado que não seja empresário, que não possua hotéis e siderúrgicas, mas um Estado forte e capaz de reger o fluxo de recursos, sabendo o que é conveniente e o que não é. Sou um pouco céptico com respeito a essa idéia, ou seja, a abolição de um Estado, obviamente não teve e não teria, a meu ver, nenhuma viabilidade.

Pergunta: Gostaria de maiores esclarecimentos sobre o próprio conceito de liberdade, o qual se reveste de uma complexidade muito grande porque envolve uma série de ideologias. Gostaria que o senhor esclarecesse o que seria liberdade interna, hoje, no Estado, já que se trata de algo bastante complexo no mundo globalizado.

O Sr. José Henrique Santos — Vejo a questão da seguinte maneira: só somos livres submetendo-nos às leis comuns, à lei básica, que é a Constituição, e a todas as leis dela derivadas. Por mais defeituosa que seja a lei, por mais que seja violada, sempre é melhor alguma lei do que nenhuma. Até mesmo um Estado autoritário acaba sendo menos mau do que um Estado sem autoridade alguma, um Estado anárquico. Quando Hegel analisa, na História Universal, os Estados despóticos e de serviço. Isso é um dado melhor do que se não houvesse organização alguma e cada qual vivesse completamente de forma anômica, numa falta total de lei. Mesmo que a lei seja ruim, ainda é melhor do que nenhuma. É claro que desejamos uma boa lei, aquela que garanta a nossa liberdade, mas, repito, esta não é o arbítrio, não é a liberdade apenas do meu desejo. A liberdade é eu fazer o que devo, fazer de acordo com as leis do meu País. Mas, quando eu preciso mudar meus atos — não é preciso criticar a lei, mas tentar mudá-las —, surge até mesmo um conflito ético. Isso, às vezes, em certo momento da história, é inevitável. A esse respeito, citaria dois exemplos notáveis. O primeiro é o conflito ético que opõe Sócrates às leis de Atenas. Ele preferiu morrer a fugir; portanto, optou por obedecer às leis da cidade embora delas discordasse. Um segundo exemplo é o cristianismo, o evangelho que veio para abolir a cultura lei. Trata-se de um conflito histórico-mundial, em que a antigamente lei é derogada diante da nova lei. A culminância desse fato deu-se na cruz, no Calvário, sendo um exemplo do conflito ético levado às últimas conseqüências. Nós, do Mundo Ocidental, surgimos em parte do mundo grego e em parte desse mundo do cristianismo nascente. As duas grandes vertentes da nossa história são a filosofia grega e a religião cristã. Não vou falar sobre o Mundo Oriental, assunto muito complexo. Pessoalmente, tenho uma visão trágica da história. Não é possível solucionar tudo pela razão. Há um momento em que a exigência de liberdade me coloca em conflito, em colisão com as leis estabelecidas. Nesse conflito, perco ou ganho. Os grandes santos, os grandes heróis travaram esse combate e, na sua própria derrota, venceram. Sócrates, na sua morte, é vencedor. Cristo é vencedor no Calvário. Veja bem que essa idéia do conflito ético constitui aquilo que chamo "a tragédia no mundo histórico". Não há uma racionalidade que flua pouco a pouco do menos para o mais, do menos perfeito para o mais perfeito. Para conquistar o mais perfeito, é necessário um combate, uma luta, muito difícil. É o que chamo de "a tragédia no mundo ético", a necessidade de lutar para que a liberdade venha a existir, porque ela não existe, só existirá se nós, homens, a inventarmos, a acrescentarmos à natureza, fazendo com que exista no nosso comportamento, com as nossas exigências, com as leis que nos damos, ou seja, a liberdade só existe se a produzirmos, e isso é extremamente doloroso. A história humana seria o progresso da consciência dessa liberdade, mas é que uma visão trágica. Os momentos de felicidade são muito poucos. A história é muito triste. Nós é que temos uma visão do passado já depurada de certos elementos de conflito. Vemos freqüentemente o resultado, mas não o conflito que levou ao resultado. Isso é muito trágico.

© Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, 5(8): 9-39, jul./dez. 1998.